

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAR OU MERCANTILIZAR?

Avanço da Investigação em curso

GT 14 - Hegemonia Estadunidense, Políticas Públicas e sociais e alternativas.

Viviane de Queiroz¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a expansão da Educação Superior brasileira no setor privado através da parceria público-privada. Desejamos ampliar o debate existente sobre a temática, aprofundando as análises sobre as diretrizes da reformulação da Educação Superior no Brasil nos anos de 1990 e início do século XXI, que é parte constitutiva do reordenamento do Estado no contexto da crise estrutural do sistema capitalista. A pesquisa está em andamento, possuímos como hipótese, que há uma intensificação do processo de empresariamento da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. As análises desenvolvidas apontam que o processo de expansão da Educação Superior no setor privado, sob a aparência de ampliação do acesso atende aos interesses da burguesia local e internacional.

Palavras chave: Educação Superior; Expansão e Financiamento.

I - Apresentação

A temática do presente trabalho refere-se à expansão da Educação Superior brasileira pós promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). A análise inicial dos dados sobre as matrículas nas Instituições de Educação Superior (IES) revela que essas matrículas estão concentradas no ensino superior privado. Dados do Censo da Educação Superior de 2010 demonstram que 74,2% dos estudantes brasileiros estão matriculados em IES privadas, enquanto 25,8% estão nas IES públicas (BRASIL, MEC/INEP, 2010).

A escolha desta temática surgiu do trabalho de pesquisa, enquanto estudante-pesquisadora, realizado no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, ambos da UFF.

O trabalho busca, portanto, analisar a expansão da Educação Superior brasileira no setor privado através da parceria público-privada. Desejamos ampliar o debate existente sobre a temática, aprofundando as análises sobre as diretrizes da reformulação da Educação Superior no Brasil nos anos de 1990 e início do século XXI, articulando com as políticas elaboradas pelo Banco Mundial para esse nível de ensino na América Latina, visando comprovar que tais políticas direcionam e contribuem para o fortalecimento do setor privado no Brasil.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense.

Nesse sentido, possuímos como hipótese, a percepção que há uma intensificação do processo de empresariamento da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. Havendo duas faces deste fortalecimento, através do estímulo à alocação indireta de verba pública para instituições privadas de ensino superior através de ações como o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil (Lei nº 10.260/2001); PROUNI – Programa Universidade para todos (Lei nº 11.096/2005), e também direta através do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior (BNDES, 2009), elaborado e implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Selecionamos como objetivo geral da pesquisa as análises do processo de expansão Educação Superior no setor privado em curso no Brasil com a parceria público-privada. A pesquisa é qualitativa e documental e está em andamento, buscando analisar as diretrizes da reformulação da Educação Superior no Brasil, que é parte constitutiva do reordenamento do Estado no contexto da crise estrutural do sistema capitalista.

Temos como eixo norteador do objeto da pesquisa que o processo de contrarreforma da educação superior brasileira faz parte de um processo maior que é o reordenamento do Estado, o qual, segundo LIMA (2005), constitui-se de um conjunto de ações neoliberais (políticas focalizadas, privatização, parceria público-privada – PPP) que se caracterizam como uma resposta da burguesia à crise de acumulação do capital a partir de 1970. Para a autora, esta reformulação elaborada e difundida pelos Organismos Internacionais, especialmente o Banco Mundial, busca atender aos interesses da burguesia brasileira e internacional por novos campos de exploração, como a educação, e constitui um projeto mais amplo de difusão de uma nova sociabilidade burguesa de mundo nos marcos do neoliberalismo.

Nesse contexto, entendemos que a aparência, a imediatividade, do fenômeno não é falsa. Entretanto devemos desvendar criticamente a essência do discurso hegemônico, que omite um projeto de dominação de uma classe sob outra. Ianni (2011) destaca que a reflexão dialética de Marx é fundamentalmente crítica em duplo sentido: “de que não toma a realidade como ela se apresenta imediatamente, mas sim a toma como misteriosa; e questiona esta realidade até descobrir os seus nexos internos, ou seja, a essência do real” (IANNI, 2011, p. 142).

Certos de não esgotarmos a riqueza e complexidade da temática, objetivamos contribuir com os estudos e pesquisas realizados nas áreas de ciências sociais aplicadas e ciências humanas, bem como para a luta em defesa da educação pública e do uso da verba pública, exclusivamente, para a educação pública.

II - Crise do capitalismo e a reforma neoliberal das políticas sociais nos países periféricos

No período de transição da década de 1960 a 1970, se deu o fim aos “anos dourados”, ocorrendo um conjunto de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, transformando assim, o cenário mundial. Houve uma queda nas taxas de lucro e esgotou-se a expansão econômica. Para Chesnais (1998) é nesse contexto que a mundialização financeira nasceu, entre o movimento de fortalecimento do capital privado (industrial e bancário):

(...) embora ela tenha começado a se manifestar em fins da década de 60, a mundialização financeira não pode ser compreendida fora do que os regulacionistas chamam de “crise do modo de regulação fordista” (Boyer, 1986) e que os marxistas descrevem como ressurgimento, num contexto

determinado, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abafadas entre 1950 e a recessão de 1974 (...). (CHESNAIS, 1998, p. 17)

Para controlar a crise de acumulação capitalista foram tomadas algumas medidas consideradas, como: a reestruturação produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a formulação de um novo projeto burguês de sociabilidade, reconfigurando a participação dos Estados nacionais na implementação das políticas sociais e diminuindo conseqüentemente, a alocação de verbas públicas para as áreas sociais. No pós 1970, temos um novo “regime de acumulação” que Harvey (2008) denomina de flexível.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12).

O autor afirma que o papel do Estado neoliberal é preservar e criar um arcabouço institucional adaptado a essas práticas, tendo como missão central criar condições favoráveis à acumulação lucrativa. Com o avanço do neoliberalismo nos países periféricos gerando um profundo processo de mercantilização dos vários setores sociais, especialmente a educação, a política de educação superior direciona-se para os interesses mercadológicos e de lucratividade do capital nacional e internacional, assim, as políticas sociais “tem sido alvo de sucessivos ataques em tempos de crise do capital, desde a década de 1970, e os mecanismos usados são as contrarreformas” (SILVA, 2012, p. 217).

Nos anos de 1980 ocorreu a crise do endividamento dos países periféricos, causada pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países devedores. Neste período, a ideologia neoliberal ganha força nos países da América Latina, busca-se, portanto, arrancar riqueza desses países na forma principalmente de juros.

O endurecimento das políticas monetárias desencadeou uma alta brutal das taxas de juros nominais em todo o mundo. Contrariamente ao previsto pela teoria ortodoxa, a desaceleração da inflação não produziu uma baixa paralela no nível das taxas de juros nominais, nos países industrializados. Isso resultou em altas taxas de juros dos anos 80, contrastando fortemente com a situação das décadas de 60 e 70 (...). (CHESNAIS, 1998, p. 101)

A partir desse contexto econômico e político, que os organismos internacionais, sujeitos políticos do capital, elaboram, monitoram e implementam as contrarreformas nos países periféricos, no qual está inserido o Brasil e como estratégia desse processo temos o avanço da ideologia neoliberal.

Neves (2004) indica que é nessa conjuntura que a contrarreforma do Estado encontra-se inserida, sendo parte de um conjunto de ações do capital visando a reconstituição do Estado, especialmente o seu papel de provedor de políticas e serviços sociais focalizados no “alívio da pobreza” e a difusão de um novo projeto de sociabilidade nos marcos do capital.

Segundo Lima (2005), essas reformulações serão norteadas a partir do caráter atribuído à educação escolar pelos organismos internacionais. Tais organismos entendem a educação escolar como: i) “alívio da pobreza” nos países periféricos; ii) uma política internacional de segurança do capital; iii) uma nova e promissora área de investimento do capital em crise; e iv) uma forma de difusão da concepção de mundo burguesa.

É nesse sentido, que se configura a reforma neoliberal das políticas sociais, especificamente, a contrarreforma da educação superior, como uma importante estratégia de ampliação do campo de exploração lucrativa do capital em crise e de difusão do projeto de sociabilidade burguesa.

III - “Capitalismo dependente” e “padrão compósito de hegemonia burguesa”: particularidades do Brasil

Florestan Fernandes, ao longo de sua obra, analisa o papel de uma sociedade subdesenvolvida na economia mundial. Adverte que esta sociedade encontra-se no estágio do capitalismo dependente, possuindo uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno e, sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista, porém, sendo uma situação específica, será “destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada” (FERNANDES, 1968, p. 36), constituída para operar, estrutural e dinamicamente como:

(...) uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do clico de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1968, p.36 e 37).

A articulação de estruturas arcaicas e modernas é, para o autor, um requisito do capitalismo dependente. “O setor arcaico mantém sua dependência diante do capital externo, e o setor moderno surge um clima de associação indireta com esse capital” (FERNANDES, 1968, p. 66). A ordem econômica que assim se fundamenta, organiza a transferência do excedente econômico do setor arcaico para promover o financiamento da industrialização e expandir as tendências de consumo de massa, que possibilitam ao moderno as aparências do “capitalismo avançado”.

Nesse contexto, Florestan Fernandes (1968), analisa como se constitui, funciona e evolui o regime de classes sob o capitalismo dependente, desenvolvendo conceitos como os “possuidores de bens” e os “não possuidores de bens”, esse último dividem-se em duas categorias, o que se poderia se chamar de “condenados do sistema”: a) os que estão em estruturas arcaicas de sistemas econômicos e b) os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram.

As funções sociais construtivas do regime de classes são profundamente afetadas pelo grau de coesão e de continuidade das formações sociais anteriores à emergência e à consolidação do capitalismo (...). Em suma, embora o regime de classes não nivele os estratos sociais em presença, sob nenhum aspecto, ele dá origem a um mínimo de homogeneidade e de

equidade na distribuição das probabilidades de valorizar no mercado “o poder de posseção de bens e de trabalho”, base na qual se poderá construir uma estratificação social de fundamentos univocamente econômicos. (FERNANDES, 1968, p.80)

Analisando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o autor evidencia que a industrialização brasileira se desenvolve de forma subordinada aos interesses políticos, econômicos e socioculturais à Europa, posteriormente, aos EUA, combinando formas modernas e arcaicas de produção. Sendo que, essa subordinação está articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir relações de dominação e exploração de uma classe sob a outra. No caso brasileiro, representa o que o autor chama de “casos estratégicos”:

(...) é que ele permite levar em conta, na caracterização do regime de classes no mundo subdesenvolvido, tanto os aspectos mais arcaicos quanto os aspectos mais modernos da estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente. E, se ele não contém em si “o futuro das demais sociedades subdesenvolvidas”, pelo menos evidencia, com incomparável nitidez, que o regime de classes, como conexão dessa modalidade de capitalismo, concorre ao mesmo tempo para organizar internamente os interesses sócio-econômicos que produzem as classes e para dar continuidade à “exploração de fora para dentro”. (FERNANDES, 1968, p. 62 e 63).

Quase todas as nações da América Latina durante pelo menos três séculos, experimentaram o sistema básico de colonização e de dominação externas. Em consequência, o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu através da “modernização do arcaico” e “arcaização do moderno”, identificado por Florestan Fernandes, atinge a era da industrialização e o crescimento econômico no Brasil, a partir de dois tipos de dinamismo, “um que se impõe de fora para dentro, outro que se projeta de dentro para fora” (FERNANDES, 1975, p.53).

O desenvolvimento ocorre nos marcos do padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Os países centrais investem no desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, na condição desses se manterem enquanto periferia.

Nesse sentido, o crescimento econômico e a dependência se formam a base do capitalismo dependente e, isso ocorre porque a os “adeptos mais ardorosos do ‘desenvolvimentismo’ ignoram os laços que os prendem indissociavelmente aos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos externos e trabalham por novas alternativas de incorporação dependente” (FERNANDES, 1975, p. 88 e 89), causando um imenso vazio histórico e político.

Segundo o autor, somente a “revolução contra a ordem” que nega o capitalismo, a dependência e o subdesenvolvimento, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Esse conceito indica a superação do sistema capitalista e construção do socialismo, só será realizada através das lutas políticas da classe trabalhadora.

O padrão compósito de hegemonia burguesa permitiu a criação de novas estruturas de poder, a burguesia brasileira associa-se conscientemente à burguesia internacional para privilegiar os seus interesses comuns, econômicos, políticos e socioculturais, especificamente, limitar a participação da

classe trabalhadora e impedir a construção de uma “revolução contra a ordem”. Neste processo, a burguesia inovará os seus controles sobre o Estado, “tornando-os mais efetivos e eficientes para o tipo de “revolução dentro da ordem”, que é aspirado por suas elites dirigentes” (FERNANDES, 1975, p. 110).

Nesse contexto, Florestan Fernandes apresenta o conceito de Revolução Burguesa e analisa o papel da burguesia brasileira no cenário mundial. Segundo o autor, a Revolução Burguesa “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 239).

A revolução burguesa no Brasil aconteceu de forma diferenciada da “revolução burguesa clássica”, o autor não acredita que houve uma crise no poder oligárquico, e sim “uma recomposição das estruturas do poder” que vai configurar, historicamente, a dominação e o poder burguês, dando início a modernidade no Brasil que separa a “era senhorial” da era “burguesa”. A burguesia não tem como objetivo promover a modernização na forma universal, ela se compromete com tudo que é vantajoso.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 2005, p. 240 e 241)

Nesse sentido, consolida-se um projeto de desenvolvimento dependente com políticas de segurança viabilizadas pelo o Estado. Tendo como expressão a forte centralização do poder pelo Estado brasileiro, realizando acordos com a burguesia internacional, para: 1º) estabelecer alianças com o capitalismo financeiro internacional, interessada em ampliar seu capital; 2º) reprimir a participação e organização da classe trabalhadora; 3º) reconfigurar do papel do Estado como instrumento do poder burguês, para que o capital internacional circule no país com segurança.

Os países centrais necessitam de parceiros fortes nos países periféricos para consolidar seu projeto de sociabilidade burguesa, sendo assim, a burguesia brasileira possuía certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida. O avanço do socialismo no cenário mundial é um dos elementos fundamentais utilizados pela burguesia para negociar com os países centrais a incorporação do Brasil aos seus dinamismos.

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. (...) depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes

socialista, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia.(FERNANDES, 2005, p.342, grifos nossos).

Esse cenário demonstra as características da burguesia brasileira, enquanto uma burguesia forte para consolidar e preservar o projeto hegemônico, sendo esta, submissa ao capital internacional, aprofundando cada vez mais o nosso país à dependência em relação aos países centrais do capitalismo. A burguesia brasileira demonstra um perfil conservador, de exploração do trabalho, acirramento das desigualdades sociais, configurando o padrão burguês de hegemonia.

As análises de Florestan Fernandes (1980) demonstram que historicamente no Brasil a contra-revolução é um processo permanente e prolongado. Em respostas as crises cíclicas o capitalismo cria e recria novas estratégias, comprovando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade de apresentar “o velho sob a aparência do novo”. O neoliberalismo caracteriza-se como uma das estratégias do sistema capitalista, em resposta à crise de 1970, criando novos campos de exploração lucrativa.

Para controlar a crise de acumulação capitalista foram tomadas algumas medidas necessárias, como: a reestruturação produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a formulação de um novo projeto de sociabilidade, reconfigurando a participação dos Estados nacionais nas implementações das políticas sociais e diminuindo conseqüentemente, a alocação de verbas públicas para as áreas sociais. E constitui um projeto mais amplo de difusão de uma nova sociabilidade burguesa de mundo nos marcos do neoliberalismo.

Segundo Florestan Fernandes (1989), a Constituição de 1988 caracterizada como uma “Constituição inacabada”, híbrida e ambígua teve avanços políticos, mas manteve a privatização do público, permitiu um campo maior para alocação de verba pública para a iniciativa privada de forma direta e indireta. O Estado burguês atende aos interesses do mercado, reforça o papel do ensino superior e a universidade como a solução dos dilemas sociais do mundo, da sociedade brasileira e da crise da civilização.

O Estado, em todos os seus níveis, fomenta as profissões liberais e a privatização do ensino e se acomoda aos dinamismos da internacionalização conformista e os universitários como guardiões culturais da ordem. Isso faz parte de sua natureza autocrática e de sua orientação conservantista. (...) O melhor meio para alcançar esse fim consiste em simular uma avançada política de modernização cultural autônoma. (FERNANDES, 1989, p. 84 e 85).

O autor destaca que a crise da universidade brasileira resulta de um conjunto de “ameaças que pairam sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional” (FERNANDES, 1979, p. 29). Estas ameaças articuladas com o padrão dependente de desenvolvimento.

Para garantir o padrão compósito de hegemonia, os organismos internacionais têm um papel fundamental, para atender os interesses da burguesia brasileira e internacional. Apresentando novas estratégias de dominação e exploração capitalista, garantindo a segurança e legitimidade da ordem vigente.

O capitalismo dependente gera a dependência econômica, política e sociocultural, assim a reformulação da educação superior deve ser caracterizada como a “reforma universitária consentida” pelo capital. E os intelectuais têm como tarefa a defesa do pensamento e do conhecimento crítico e através das ações políticas junto aos movimentos sociais, a mudança dessa realidade e transformação revolucionária.

IV - Empresariamento da Educação Superior: FIES/PROUNI/BNDES

A Educação Superior brasileira sempre esteve subordinada aos interesses da burguesia nacional e internacional. Segundo Florestan Fernandes (1975), as nações capitalistas dependentes participam das inovações e do conhecimento, porém de forma subalternizada, devido o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente de educação superior, os países periféricos dependem dos avanços das políticas e das tecnologias dos países centrais.

Historicamente, governo federal brasileiro, compartilha com as políticas elaboradas e direcionadas pelos organismos internacionais, defendendo um Estado que consolide e represente as políticas educacionais desses sujeitos políticos do capital. O processo da contrarreforma do Estado intensifica-se no Brasil em 1990, no governo Fernando Collor, aprofundando política do Estado – diminuição da execução e dos investimentos na área social; a privatização do patrimônio nacional; o ajuste fiscal; abertura do mercado brasileiro; a desregulamentação do mercado de trabalho e da legislação trabalhista (LIMA, 2005).

Sob o discurso de “democratização do acesso” os organismos internacionais indicam a eliminação das fronteiras entre o público e privado, a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado. Rodrigues (2012) destaca que a expansão da Educação Superior no Brasil “tem se dado fundamentalmente a partir do crescimento de IES privadas. Instituições que têm buscado se construir como empresas prestadoras de serviços educacionais fortemente atreladas às demandas do mercado” (RODRIGUES, 2012, p. 42).

Segundo Vale (2010), a expansão da Educação Superior no setor privado não nasce na década de 1990, destaca que já na ditadura civil-militar implementava-se políticas educacionais estratégicas para fortalecer esse setor de ensino.

Em dez anos de regime civil-militar, a educação superior brasileira deu um salto quantitativo, crescendo 559,8% em termos de números de matrículas, sendo que a grande maioria passou a se concentrar no setor privado, cujas matrículas cresceram 990,1%, alcançando um total de 596.565, invertendo a antiga predominância do setor público. A proporção da participação no sistema de educação superior nacional passou a se expressar da seguinte forma: enquanto 36,4% das matrículas se realizavam nas IES públicas, 63,6% eram efetivamente na IES privadas. (VALE, 2010, p. 2 e3)

A autora afirma que durante os governos Fernando Henrique Cardoso – FHC (1994-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006) demonstram um segundo movimento expressivo de privatização

da Educação Superior no Brasil, “com uma nova feição distinta daquela apresentada durante o período da ditadura civil-militar, a intensa mercadorização” (VALE, 2010, p. 3).

Verificamos que as políticas educacionais do Banco Mundial são incorporadas à política de Educação Superior brasileira. Em plena consonância com o projeto neoliberal, os governos brasileiros – Fernando Collor, Fernando Henrique e Luiz Inácio – demonstraram seus mecanismos de caráter privatista e a mercantilização dos direitos sociais através das suas principais ações para área da educação superior: FIES – Fundo de Financiamento Estudantil (Lei nº 10.260/2001); PROUNI – Programa Universidade para todos (Lei nº 11.096/2005). Essas ações estimulam a alocação indireta de verbas públicas para as instituições privadas.

No governo Cardoso (1995 – 2002) foi criado o FIES com as mesmas fontes de recurso dos créditos educativos já implementados desde a década de 1970, e a lógica privatista não será somente mantida, mas ampliada. Segundo o Art. 1º da Lei nº 10.260/2001 será “destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos”. O financiamento destina-se aos estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado, para os quais serão financiados até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES privadas.

O estímulo ao empresariamento da educação superior brasileira foi aprofundado no governo Lula (2003 – 2010), com a importante estratégia de diluição das fronteiras entre público e privado. O processo da contrarreforma da Educação Superior em curso no Brasil que vem se consolidando de forma fragmentada através de leis e decretos impostos pelo governo federal, tomando como eixo central a expansão do ensino superior através do PROUNI.

O PROUNI, criado por esse governo, segundo o Art. 1º da Lei nº 11.096/2005, concede bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) “para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”. Podemos perceber que a lógica privatista continua, e o PROUNI é emblemático nesse sentido, pois nada mais é do que a compra de vagas em universidade privada com recursos públicos, dando em troca ampliação da isenção fiscal aos empresários da educação.

Esse programa apresenta como contrapartida para as IES privadas a isenção dos seguintes tributos: 1) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ; 2) Contribuição sobre o lucro Líquido – CSLL; 3) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; 4) Contribuição para Programa de Integração Social – PIS.

Atualmente o fortalecimento do setor privado se dá através de duas estratégias: de forma indireta, através de isenção fiscal, como o PROUNI, e também de forma direta, através do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior – Programa IES, com vigência de 2009 a 2014 (BNDES, 2009, p. 227), elaborado e implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinando verba pública para as IES privadas. Entre os itens que serão financiados, estão:

obras de melhoria de infraestrutura; máquinas e equipamentos de fabricação nacional que sejam credenciados pelo BNDES; livros, nacionais e importados, para constituição do acervo das bibliotecas; softwares nacionais didáticos, dedicados à melhoria da gestão administrativo-financeira, importação de equipamentos que não

apresentem similar na indústria nacional e projetos de reestruturação financeira. (MEC, 2012).

Vale (2010) destaca que no primeiro governo Lula (2002-2006) ocorreu um aumento do número de IES no Brasil, chegando ao total de 2.022 instituições. Esse total de crescimento representa uma porcentagem de 11% de instituições públicas e 89% de instituições privada no país. Seguindo as análises da autora, essa expansão representa o fortalecimento do setor privado nesse nível de ensino.

Esse processo de expansão do acesso à Educação Superior ocorre através da eliminação das fronteiras entre o público e o privado, e também destinando recursos públicos para ampliar e melhorar a infraestrutura desse setor de ensino.

V - Considerações finais

As análises desenvolvidas apontam que o processo de expansão da Educação Superior no setor privado, sob a aparência de ampliação do acesso atende aos interesses da burguesia local e internacional, além de promover a “criação do fetiche da ‘democratização’ e do aumento no índice de escolarização” (LIMA, 2009, p.10) dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores.

Considerando, portanto, a atualidade e a relevância desta temática, procuramos contribuir com as análises e as ações políticas dos estudantes e dos trabalhadores da educação comprometidos com a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, buscando dar maior visibilidade ao processo de expansão do acesso à Educação Superior em curso no Brasil, que ocorre através da eliminação das fronteiras entre o público e o privado, e do uso do fundo público como instrumento de fortalecimento do empresariamento da educação brasileira.

Contudo, devemos estar atentos a todos os passos desses importantes sujeitos políticos do capital. Fortalecendo o conjunto dos movimentos sociais, comprometidos com a defesa e a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como direito universal e dever do Estado.

VI – Referências Bibliográficas

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/> Acesso em dezembro de 2012;

BRASIL. Presidência da República. [Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001.](#) Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm Acesso em dezembro de 2012;

_____. Presidência da República. [Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.](#) Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm, Acesso em dezembro de 2012;

CHESNAIS, François. A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã. 1998;

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968;

- _____. Capitalismo dependente e classes sociais na América latina. 2ª Ed. RJ: Zahar, 1975;
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ª Ed. SP: Globo, 2005;
- _____. Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980;
- _____. Universidade brasileira: reforma ou revolução? 2ª ED. SP: Alfa-Omega, 1979;
- HARVEY, David. O NEOLIBERALISMO: histórias e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008;
- IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011;
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior. Brasil, 2013. Disponível em <http://portal.inep.gov.br> Acesso em janeiro de 2013;
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005;
- _____. Ensino a distância, organismo internacional e mercantilização da educação superior. Revista PUC Viva, São Paulo, nº 35, p. 6-12, 2009;
- NEVES, Lúcia Maria Wanderlei (org). Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004;
- RODRIGUES, José dos Santos. A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping Center e educação superior. Niterói: Editora da UFF, 2012;
- SILVA, Giselle Souza da. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. SALVADOR, E. (org) – Financiarização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012;
- VALE, A. A. do. (Re)formatando o consenso: as instituições privadas de educação superior preparam novo avanço sobre fundo público. In: Seminário Internacional, 2010, Niterói. Anais do Seminário Internacional Gramsci e os movimentos populares, 2010.